



NOTICIAS INTERNACIONALES AL 21/04/2017

BRASIL	2
Mercado de hacienda: demanda más interesada	2
Peticionan a través del portal de la Casa Blanca la prohibición de las importaciones de carnes brasileñas.....	2
Operación Carne Fraca. Resumen.....	2
Precios cayeron 6 por ciento desde el Operativo	2
Informan que 63 personas son investigadas	3
Misión comunitaria llega a principios del mes de mayo.....	3
3 de cada 10 paulistas redujeron su consumo de carne después de conocer la noticia	3
Mato Grosso faena cae a la mitad por cierres de plantas y bajan precios del ganado	4
Acciones de promoción en Irán y Egipto para mitigar efectos negativos de la crisis	4
China rehabilitó dos plantas de aves suspendidas luego del Operativo	5
Resultado favorable de misión sanitaria de Arabia Saudita	5
URUGUAY	5
Leve repunte del mercado del novillo	5
Novillo Tipo tuvo leve suba impulsado por mendencias y cuero.....	6
Paran 24 horas en la industria frigorífica por reclamos salariales y de revisión de la plataforma laboral ..	6
Brasil dejará de vacunar contra la aftosa y hay polémica en Uruguay	7
Aguerre ratificó que Uruguay no dejará de vacunar contra aftosa.....	8
Empieza a emerger un mercado de toritos para faena	8
INAC evalúa incorporar la categoría "toros jóvenes" para faena con destino comercial	8
PARAGUAY	9
Exportaciones de carnes: precios mejoran 6,8%	9
Paraguay más cerca de ingresar con carne vacuna a Estados Unidos.....	9
Senacsa no rechaza el plan de dejar de vacunar contra aftosa	10
Senacsa medirá la efectividad de inmunización contra aftosa.....	10
Ya se puede exportar carne a los Emiratos	11
UNIÓN EUROPEA	11
Brexit: Irlanda discute condiciones fronterizas	11
ESTADOS UNIDOS	12
Reapertura de CHINA: resta la negociación del protocolo sanitario	12
Carne bovina tema central en las negociaciones comerciales con CHINA.....	13
Ganaderos abogan por obtener beneficios similares a los que ofrecía el TTP	14
Prevén baja en los precios de la carne bovina en los próximos meses.....	15
Principales atributos de producción reconocidos por los consumidores de alimentos	16
USMEF Plantea rebaja de aranceles a JAPON	16
Estados Unidos superará a Australia en el Mercado japonés.....	17
CHINA	18
Crece participación en el Mercado mundial	18
Acuerdo comercial favorece a AUSTRALIA	18
IRLANDA avanza en la reapertura del Mercado chino	19
AUSTRALIA	19
Firma acuerdo de reconocimiento mutuo con el FSA de ESTADOS UNIDOS	19
Proyectan menor faena de vientres e incremento en el peso medio de faena	20
EMPRESARIAS	20
JBS y BRF afectadas en su valor de mercado.....	20
JBS reanuda actividad en cuatro plantas	20
Marfrig dejará de contar con certificación Angus en algunas de sus unidades brasileñas.....	21



BRASIL

Mercado de hacienda: demanda más interesada

20/04/17 - por Equipe BeefPoint

A liquidez no mercado pecuário está um pouco maior frente à observada em semanas anteriores. Segundo pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), representantes de frigoríficos estão mais interessados em adquirir novos lotes de boi gordo para abate, enquanto muitos vendedores estão retraídos. Com isso, esses compradores precisam, em muitos casos, elevar os valores para conseguir realizar novos negócios.

Entre 12 e 19 de abril, o Indicador ESALQ/BM&FBovespa (São Paulo, à vista) subiu 1,1%, fechando a R\$ 137,99 nessa quarta-feira, 19 – no acumulado parcial de abril (até o dia 19), no entanto, o Indicador ainda registra baixa de 1,2%.

No atacado da Grande SP, a carcaça casada bovina se valorizou 2% em sete dias, indo para R\$ 10,19/kg –desde o final de fevereiro, esse corte não era negociado acima dos 10 reais.

Peticionan a través del portal de la Casa Blanca la prohibición de las importaciones de carnes brasileñas

20/04/17 - por Equipe BeefPoint Uma petição dos EUA apoiada pela indústria de carne bovina quer 100 mil assinaturas para pressionar a Casa Branca a “proibir importações inseguras” de carne brasileira.

Mais de 1.400 pessoas já assinaram a petição no site “We the People” da Casa Branca, que permite ao público apresentar questões para revisão política.

Por trás da petição está a organização Ranchers-Cattlemen Action Legal Fund ou R-Calf, uma associação que afirma “lutar pelo produtor independente de gado dos Estados Unidos”.

A petição pede que os Estados Unidos proíbam as importações de carne bovina brasileira – ela não menciona carne suína ou de aves – até que a rotulagem do país de origem (COOL) tenha sido reintroduzida. A imposição governamental de requisitos de COOL para carne bovina e suína foi revogada pela administração Obama em 2015.

A petição anti-carne bovina brasileira foi apresentada em 13 de abril e precisa de 100 mil assinaturas até o dia 13 de maio para receber uma resposta oficial da Casa Branca. Ela foi registrada em resposta ao escândalo da carne brasileira, que apresentou alegações de corrupção e conluio dentro de 21 frigoríficos.

Como o escândalo da carne estourou em março, os principais mercados da carne brasileira, incluindo China, Chile, Egito e UE, impuseram restrições às exportações brasileiras, mas os EUA não impuseram restrições ao Brasil, irritando a indústria de carne bovina local.

A R-Calf, que está promovendo a petição em seu site, disse que já é “hora de proteger a nós mesmos e nossas famílias de importações brasileiras inseguras”. Ela enfatizou que países como a China e a UE proibiram as importações brasileiras de carne, mas não mencionou que essas restrições foram desde então retiradas.

A R-Calf quer ver as palavras “nascido, criado e abatido nos EUA” impressas em toda a carne americana para proteger os produtores.

O Serviço de Segurança e Inspeção de Alimentos do Departamento de Agricultura dos EUA disse que nenhuma carne das plantas brasileiras envolvidas no escândalo havia sido exportada para os EUA.

Fonte: GlobalMeatNews.com, traduzida e adaptada pela Equipe BeefPoint.

Operación Carne Fraca. Resumen

Precios cayeron 6 por ciento desde el Operativo

17/04/17 - por Equipe BeefPoint

Do dia 17 de março, quando foi deflagrada a operação Carne Fraca, até o dia 12 de abril, o preço da arroba do boi gordo passou de R\$ 144,72 para R\$ 136,44, uma queda de quase 6%, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

Para o pesquisador do Cepea Sérgio de Zen, o ritmo mais acentuado da queda, verificado neste último mês, está relacionado à operação da Polícia Federal, que afetou a produção de parte dos frigoríficos, principalmente de bovinos.

Zen destaca que existe, nessa época do ano, um fator sazonal, e por isso, uma redução no preço era esperada, mas em um ritmo menor do que o verificado. “Os dois fatores combinados levam a esse tamanho de queda. A expectativa é que a gente não tivesse uma queda tão abrupta”, disse.

A gente tem uma situação que o mercado espera uma baixa, então qualquer agitação leva a isso mesmo. É esperado que quando se tem uma turbulência haja instabilidade” disse.



De acordo com um relatório do banco BTG Pactual, os revendedores poderão se beneficiar dessa queda de preços do boi. “É importante notar que os preços do gado caíram 3% em março depois que diversas empresas de carne bovina decidiram suspender o abate. Com a normalização da demanda de carne, acreditamos que os revendedores poderão se beneficiar de rápidas recuperações do preço da carne. Já o preço do gado deve demorar mais para se recuperar. Isso corrobora com nossa visão de que as margens das indústrias serão não só preservadas, mas expandidas”, dizem os analistas.

Informan que 63 personas son investigadas

17/04/17 - por Equipe BeefPoint A Polícia Federal (PF) indiciou 63 pessoas investigadas pela Operação Carne Fraca. O inquérito policial da superintendência da PF no Paraná, entregue no sábado à Justiça Federal do Paraná, apontou que existem provas e indícios suficientes de cometimento de várias infrações previstas no Código Penal.

Os indiciados deverão responder pelos crimes de advocacia administrativa, concussão, corrupção passiva, crime contra a ordem econômica, emprego de processo proibido ou de substância não permitida, falsidade de atestado médico, falsidade, corrupção, adulteração de substância ou produtos alimentícios, organização criminosa, peculato, prevaricação, uso de documento falso e violação de sigilo funcional.

Entre os indiciados estão agentes de inspeção sanitária, fiscais agropecuários federais, chefes de unidades de inspeção, proprietários e funcionários de frigoríficos e representantes regionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ainda segundo o relatório, foram indiciados somente os investigados que foram presos preventivamente. Ainda há fatos em apuração que poderão resultar no indiciamento de outros investigados soltos, mas que estão ligados às condutas analisadas.

“Os indícios e provas colhidos ao longo da Operação permitem concluir pela existência de uma organização criminosa atuante dentro da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tanto no Estado do Paraná como em outros Estados, há fortes evidências das mesmas práticas nefastas pelo menos nos estados de Goiás e Minas Gerais”, diz trecho do documento.

Fonte: Valor Econômico, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint.

Misión comunitaria llega a principios del mes de mayo

13/04/17 - por Equipe BeefPoint Uma missão de auditores da União Europeia chegará ao Brasil na primeira quinzena de maio para apurar as condições sanitárias de unidades produtoras de carnes, ainda no rastro das irregularidades apontadas pela Operação Carne Fraca da Polícia Federal.

A UE já informou o Ministério da Agricultura sobre a data da missão, mas ainda vai detalhar o que realmente quer ver. Há 256 estabelecimentos autorizados a exportar carnes ao mercado comum europeu. Serão auditadas, principalmente, plantas de carnes bovina e de frango.

Fonte: Valor Econômico, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint.

3 de cada 10 paulistas redujeron su consumo de carne después de conocer la noticia

13/04/17 - por Equipe BeefPoint Quase um terço dos moradores de São Paulo afirmam estar comendo menos carne após a Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal em 17 de março.

De acordo com pesquisa do Datafolha, 30% dos paulistanos que comem carne dizem ter reduzido o consumo, enquanto 68% afirmam não ter modificado sua alimentação em decorrência da operação.

Outros 2% dizem ter passado a comer mais carne após a realização da operação.

Foram entrevistadas 1.067 pessoas em São Paulo. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

A redução foi maior entre os 93% que dizem estar informados sobre a operação.

No grupo, 31% dizem ter passado a consumir menos carne. Já entre os que afirmam não estar informados, o percentual que apontou redução é de 13%.

A maioria dos entrevistados (70%) considera que o modo como a operação foi conduzida pela Polícia Federal foi adequado.

Entre os 23% que consideram que a condução não foi adequada, a maior parte deles (12% do total) gostaria que a ação tivesse sido mais rigorosa, enquanto 9% disseram que ela foi rigorosa demais.

Associações empresariais afirmam que, apesar de os entrevistados dizerem estar consumindo menos carne, as vendas para o mercado interno seguem estáveis.

Segundo Francisco Turra, presidente executivo da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), é provável que consumidores estejam adotando um comportamento mais cauteloso na seleção de produtos, mas não tenham deixado de comprar.

Rodrigo Mariano, gerente de economia e pesquisa da Apas (Associação Paulista de Supermercados) também afirma que as vendas não sofreram impacto relevante. Não houve redução de preços causados por queda da demanda em março, diz.



Fonte: Folha de São Paulo, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint.

Mato Grosso faena cae a la mitad por cierres de plantas y bajan precios del ganado

19/04/17 - por Equipe BeefPoint A suspensão das atividades de quatro plantas frigoríficas da JBS S/A em Alta Floresta, Juína, Pedra Preta e Diamantino, há mais de 20 dias, fez com que os abates caíssem pelo menos pela metade, segundo os pecuaristas. De acordo com a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), três plantas de outras empresas também suspenderam as atividades em Várzea Grande, Tangará da Serra e Matupá.

Os abates foram suspensos após a Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal. A JBS, então, anunciou férias coletivas em quatro dos 11 frigoríficos que possui no estado a partir do dia 3 de abril. Nesta terça-feira (18), empresa confirmou a retomada das atividades na próxima segunda-feira (24).

O pecuarista Raphael Nogueira, que trabalha no ramo há 20 anos em Castanheira, a 780 km de Cuiabá, afirmou que o fechamento da planta da JBS em Juína – que absorvia 80% da produção da região – fez com que o número de abates na região, que girava em torno de 800 unidades por dia, caísse para 200 abates diários logo após a operação ser deflagrada.

Conforme o produtor, a melhor opção para os produtores da região foi atender a uma planta em Tangará da Serra, a 242 km da capital, porém com o preço da arroba abaixo do que era praticado desde o início do ano.

“A queda real de preço da arroba aqui foi de até 12% e o pecuarista começou a segurar a venda de boi para abate, e colocou o bezerro em desmama à venda, porque foi a opção criada para fazer dinheiro. Mesmo assim, a queda de preço da desmama foi de até 7%. Agora, a arroba do boi aqui já está R\$ 121, R\$ 4 a menos do que estavam pagando no começo dessa crise”, afirmou.

Preço da carne cai em MT após a Operação Carne Fraca, diz Imea

19/04/17 - por Equipe BeefPoint O preço da carne caiu em Mato Grosso depois da operação Carne Fraca, que investiga um esquema de pagamento de propina a fiscais do Ministério da Agricultura para a concessão de licenças a frigoríficos, ignorando as irregularidades. A arroba do boi gordo teve uma queda de 5%, segundo o Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (Imea).

Desde o mês passado, o preço dos cortes da carne tem oscilado. Após essa operação da Polícia Federal, que teve como alvo 21 frigoríficos, sendo que nenhum deles em Mato Grosso, o preço da carne nos açougues e mercados tiveram uma queda de 2%, ainda segundo o Imea.

A redução no preço de alguns cortes de carne foi maior que a queda na arroba do boi. Neste mês, o preço da carne de primeira qualidade registrou queda de 10%. O acém e a paleta caíram até 9%.

Para não perder os clientes, os açougues e mercados fazem promoções e oferecem brindes para atrair os consumidores.

Acciones de promoción en Irán y Egipto para mitigar efectos negativos de la crisis

Um dos objetivos é mitigar os efeitos da Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal

19 de abril de 2017 - 14:04

Ampliar foto Brasil promove carne no Irã e Egito O Brasil é o maior produtor e exportador de frango halal do mundo

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) realizam ações para promover a carne brasileira no Irã e Egito, durante os próximos dias. Os eventos, nos quais estão previstos a realização de churrascos, serão realizadas em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e com os Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura.

Um dos objetivos é mitigar os efeitos da Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal, no dia 17 de março. Segundo a PF, técnicos do Ministério da Agricultura faziam parte do esquema de pagamento de propina para a liberação de carne irregular exportada e consumida no mercado interno, principalmente a de frango.

O primeiro evento será realizado nesta quarta-feira, 19, com um churrasco em Teerã, de carne de frango e bovina, oferecido a autoridades sanitárias iranianas. No domingo, 23, a ação será no Cairo, com o apoio da embaixada do Brasil no Egito, com a presença de autoridades egípcias, importadores e formadores de opinião locais.

Também serão feitas apresentações, como a do vice-presidente de Mercados da ABPA, Ricardo Santin, sobre a cadeia brasileira exportadora de carne de frango. "Nosso objetivo nesta missão é prestar os devidos esclarecimentos às autoridades e representações da sociedade deste fundamental importador de proteína animal brasileira", afirmou Santin. "Trata-se de um mercado islâmico com o qual construímos uma relação de grande confiança e transparência". O Brasil é o maior produtor e exportador de frango halal do mundo.



O secretário executivo do Ministério da Agricultura, Eumar Novacki, iria acompanhar estas ações, mas ele adiou para junho a viagem que faria ao Oriente Médio para dialogar com os principais mercados consumidores de carne brasileira. Segundo a assessoria de imprensa da pasta, o adiamento se deveu à tensão instalada no Irã, às vésperas das eleições presidenciais marcadas para o dia 19 de maio. A viagem do ministro Blairo Maggi para a Ásia, com o mesmo objetivo, está mantida. Ela deve ocorrer no início de maio, em data ainda a ser fechada.

China rehabilitó dos plantas de aves suspendidas luego del Operativo

18 de abril de 2017 - Efetivação dos embarques aguarda conclusão das tramitações pelos governos do Brasil e da China

As autoridades sanitárias chinesas reabilitaram duas plantas exportadoras de carne de frango do Brasil. Conforme a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), a reabilitação foi feita pela Administração Geral de Quarentena, Inspeção e Supervisão da Qualidade da República Popular da China (Aqsiq). A informação foi publicada nesta semana no site do órgão chinês.

As unidades reabilitadas são da Seara (SIF 1194, de Amparo/SP), BRF (SIF 18, de Dourados/MS) e Copacol (SIF 516, de Cafelândia/PR).

Agora, a efetivação dos embarques aguarda, apenas, a conclusão das tramitações oficiais pelos governos do Brasil e da China. A suspensão destas unidades havia ocorrido antes dos impactos da Operação Carne Fraca.

“A reabilitação destas unidades frigoríficas é um gesto de grande confiança das autoridades chinesas no sistema produtivo brasileiro. Sob a liderança do Ministro Blairo Maggi, o setor de proteína animal brasileiro tem trabalhado fortemente para recuperar a credibilidade internacional. Estas reabilitações são amostras dos avanços conquistados”, ressalta Francisco Turra, presidente-executivo da ABPA.

Resultado favorable de misión sanitaria de Arabia Saudita

13/04/17 - por Equipe BeefPoint Em reunião com delegação da Arábia Saudita, em São Paulo, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse que missões feitas ao país neste momento por importadores de carne brasileira são bem vindas e que a impressão demonstrada no encontro “foi muito positiva”. Segundo Maggi, nas inspeções feitas por importadores “é possível mostrar que os processos são bons, fortes” e que “o testemunho deles é muito importante”.

O ministro comentou que três equipes da Arábia Saudita visitaram estabelecimentos de bovinos e de aves no Rio Grande do Sul, São Paulo, Rondônia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. A vinda já estava prevista para este ano, mas foi antecipada, depois que foi deflagrada a Operação Carne Fraca. “Agora, os técnicos vão passar as informações para os órgãos de controle deles. Mas, de maneira geral, a impressão foi muito boa”, informou.

Fonte: Mapa, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoin

URUGUAY

Leve repunte del mercado del novillo

Abril 21, 2017 Dos semanas de escasa faena no cambiaron una lógica de estabilidad

Por Blasina y Asociados, especial para El Observador

En un período de baja de actividad derivado de la semana de Pascuas seguido de la actual que empezó con feriado y termina con paralización de tareas por parte de los trabajadores que están negociando en el marco del Consejo de Salarios, la situación en el mercado es dispar, estable pero con alguna señal de leve repunte.

En rasgos generales las referencias se mantienen en los niveles de las semanas anteriores. Para novillos la referencia predominante se sitúa en torno a US\$ 2,75, para ganados generales pudiendo llegar a US\$ 2,80 por los ganados de punta. Sin embargo sobre el cierre de la semana los US\$ 2,80 parecen hacerse más frecuentes.

Por vacas bien terminadas se manejan referencias de US\$ 2,55, Pero eso dentro de un marco de muy poca oferta y poca concreción de negocios.

Leve ajuste

La planilla de la Asociación de Consignatarios tuvo pocas variaciones. Un centavo de suba para los mejores novillos que de US\$ 2,76 pasaron a US\$ 2,77 pero manteniendo los US\$ 1,52 por kilo vivo. Puede repetirse una suba modesta el próximo lunes.

Sin cambios las mejores vacas en US\$ 2,53 en cuarta balanza y US\$ 1,26.

El precio de exportación de la carne vacunan se mantiene en el eje de los US\$ 3.400, muy estable 1% por debajo de los niveles de un año atrás en el acumulado hasta el 15 de abril. La faena de la semana pasada



fue esperablemente baja dados los feriados y se ubicó en 31.104 vacunos. También muy baja en los ovinos, que totalizaron 7.295.

Las entradas son generalmente cortas aunque hay disparidad entre plantas, "alguna industria de un día para el otro", "La industria no está moviendo los precios. Probablemente empiece a aparecer algo de oferta en los próximos días", sostuvo. Y agregó que "sin preocupar todavía", la lluvia sería bienvenida. Hay zonas en el centro y sur del país en las que se precisa el agua con cierta urgencia.

En el mercado de reposición las lluvias y la exportación en pie afianzaron una lógica de firmeza que en las primeras ventas de la semana previa a que las precipitaciones llegaran al sur parecieron apuntar a un ajuste de precios. Temperaturas por arriba de lo normal para la época y un nuevo impulso para praderas y verdes parecen volver a estabilizar el mercado.

Las ventas de Plaza mostraron firmeza con un promedio para terneros de US\$ 2,13 y de US\$ 1,69 frente a US\$ 1,71 del remate anterior.

Quedará por verse si tras dos semanas de baja faena la industria está dispuesta a convalidar los US\$ 3,80 y volver a faenas que superen con holgura los 40 mil animales. Y por supuesto la definición de los consejos de salarios que despeje la posibilidad de nuevas interrupciones en la actividad de la industria.

Novillo Tipo tuvo leve suba impulsado por mendencias y cuero

20 de abril de 2017 En marzo el valor del Novillo Tipo del Instituto Nacional de Carnes (INAC) fue de US\$ 1.098 por cabeza, 0,2% superior a febrero y 0,82% más alto que en igual mes de un año atrás. El promedio entre enero y marzo fue de US\$ 1.096 por cabeza contra US\$ 1.110 del primer trimestre de 2016.

INAC indicó que el leve incremento de marzo se explica por un aumento en el valor de las menudencias y en el precio del cuero fresco. Esto fue compensado por una "leve disminución" de los valores de la canal al mercado interno y de los cortes de exportación, todos medidos en dólares corrientes.

En el tercer mes del año el valor agregado industrial –una aproximación al margen- cayó US\$ 2 por cabeza respecto a febrero hasta US\$ 305 por cabeza. El precio de la hacienda representó el 72,2% del valor del Novillo Tipo contra el 72% de febrero. En el primer trimestre la participación promedio del ganado en el valor del Novillo Tipo fue de 72,5% contra 73,1% de igual período del año pasado.

Paran 24 horas en la industria frigorífica por reclamos salariales y de revisión de la plataforma laboral

Abril 20, 2017 Los trabajadores de la industria frigorífica cumplirán un paro de 24 horas este viernes por la falta de avances en las negociaciones salariales, cuyo plazo vence en los próximos días o laudará el Poder Ejecutivo. Al mismo tiempo, quedaron dispuestas otras medidas de movilización si la semana que viene no existe acuerdo entre empresarios y trabajadores.

La medida fue resuelta por la Federación de Obreros de la Industria de la Carne (Foica) este miércoles y deja inactivo a un sector que ocupa a 12 mil trabajadores. La diferencia en las propuestas salariales manejadas es de puntos porcentuales, a la vez que los industriales argumentan que el salario real del sector creció 106% en los últimos 12 años, informó una fuente industrial a El Observador.

La Foica se declaró en conflicto y resolvió la paralización por considerar que existe represión sindical en algunas plantas frigoríficas y para presionar a que se presente una propuesta de ajuste salarial la próxima semana cuando se convoque al Consejo Salarial, informó a El Observador el secretario general de la Foica, Luis Muñoz.

Merma de ganancias

El dirigente sindical explicó que la posición de las empresas de argumentar una situación de crisis es para "nosotros incomprensible porque podrá haber una merma de las ganancias, pero no hay crisis".

El sindicalista afirmó además que mucho más que reclamar un aumento salarial, se plantea una revisión de toda la plataforma laboral del sector.

Muñoz agregó que la situación de represión sindical en el Frigorífico Solís se estaba superando en esta jornada, pero existen el mismo problema en otras empresas, y agregó que "bien se sabe que un conflicto por este tema sería mucho más largo que un reclamo salarial".

Las diferencias

Las diferencias entre empresarios y trabajadores en materia salarial representan dos puntos porcentuales, pero mucho más problemático resulta el planteo de 27 medidas reivindicativas que pidieron los trabajadores, explicó a El Observador una fuente empresarial.

Según la industria, el planteo de los trabajadores incluye un aumento de 10% para este año, con un IPC de 6,71% en los últimos 12 meses, lo que representa un incremento salarial de 5,3%, y 27 reivindicaciones salariales y de condiciones laborales.

Las empresas están dispuestas a otorgar un incremento de 8% para este año y a mantener todas las regulaciones alcanzadas en los últimos 12 años, incluyendo salarios adicionales, premio por nocturnidad,



equipos de trabajo y otras condiciones acordadas en este período, así como garantizar a los trabajadores que no tendrán pérdidas de salario real en los próximos tres años, informó la fuente.

Por otra parte, la fuente agregó que el salario real en la industria frigorífica creció 106% (por arriba del IPC) en los últimos 12 años y más de 320% medido en dólares.

Sin embargo, las 27 medidas reivindicativas pedidas por los trabajadores "son inabordables", sostuvo el representante empresarial.

Brasil dejará de vacunar contra la aftosa y hay polémica en Uruguay

13/04/2017 Hay visiones encontradas sobre si es positivo; el MGAP es cauteloso

Brasil definió un cronograma para dejar de vacunar contra la fiebre aftosa que despertó polémica en Uruguay. En el Ministerio de Ganadería son cautos, mientras que entre productores hay posiciones encontradas.

La semana pasada se realizó la 44° reunión de la Comisión Sudamericana de Lucha contra la Fiebre Aftosa (Cosalfa) y Brasil presentó oficialmente el interés de dejar de vacunar contra la enfermedad.

Según expresó el titular del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Abastecimiento de Brasil, Blairo Borges Maggi el proceso será evolutivo de acuerdo al Plan Hemisférico para la Erradicación de la Fiebre Aftosa (Phefa) 2011-2020.

El director de los Servicios Ganaderos del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP), Eduardo Barre, que participó de la reunión, aseguró al programa Punto de Equilibrio en radio Carve que Brasil dejará de vacunar en 2019 en la frontera con Bolivia y Venezuela, y posteriormente, para el año 2021, avanzará a los estados del centro y Río Grande del Sur.

Barre dijo que para Uruguay "es necesario evaluar cómo avanza el programa en las diferentes etapas" y "aumentar la vigilancia a efectos que no ocurra ningún insuceso".

Asimismo, el director de los Servicios Ganaderos del MGAP dijo que si se van cumpliendo todas las etapas que dispone el Phefa, se podría ir levantando la vacunación por periodos.

Sin embargo, Barre explicó que en Brasil hay un periodo de consultas públicas hasta junio donde los productores, con argumentos técnicos, podrán determinar si se levanta la vacuna o no. "No hay nada definido hasta el momento, recién ahí se sabrá", comentó.

Entre los productores uruguayos las reacciones fueron diversas.

"Es muy positiva e importante la intención de Brasil de erradicar la fiebre aftosa", aseguró Pablo Zerbino, presidente de la Asociación Rural (ARU).

Explicó a El País que hace cinco años que no se verifican focos de aftosa en la región y "es una buena oportunidad para terminar con la enfermedad". Para ésto, "está claro que hay que dejar de vacunar", agregó Zerbino.

Zerbino, que participó la semana pasada de la reunión de la Federación de las Asociaciones Rurales del Mercosur (FARM) en Argentina, señaló que a corto plazo sería bueno analizar el funcionamiento propuesto por Brasil para ir tomando decisiones en los países de la región.

De todas maneras, más allá de ser una "idea auspiciosa", el presidente de ARU dijo que la opinión del resto de los dirigentes gremiales del Mercosur es no dejar de vacunar contra la enfermedad.

Zerbino reiteró que el camino es "positivo" y "Uruguay tiene que estar expectante del planteo en Brasil para luego avanzar".

Agregó que la condición de Uruguay es obligatoria pero se sabe que "no hay actividad viral porque están de testigos los ovinos y cerdos", por tanto, "los países libres de aftosa cuestionan para qué vacunamos si no hay virus en el país".

Sin embargo, Ricardo Reilly, expresidente de la ARU y y actual integrante de la Junta del Instituto Nacional de Carnes (INAC), señaló que es una situación "de locos, de 'carne fraca' (el operativo por irregularidades en frigoríficos de Brasil) saltamos a esto" en su cuenta de Twitter.

También el vicepresidente de ARU, Gerardo García Pintos, criticó la idea. "Uruguay no puede seguir a Brasil en esa jugada de tanto riesgo! No hay garantías, ni conviene! Hay que bochar esa idea suicida!!" (sic), dijo en su cuenta de Twitter. "Habrà que trabajar en ese aspecto", le respondió Reilly.

El presidente de la Sociedad de Criadores de Romney Marsh, Jorge Bonino Morlán señaló en su cuenta de Twitter que "se debe cumplir el plan acordado para que la situación regional permita cesar la vacunación de aftosa. Brasil por presion política conspira".

Luego comentó: "más unidos que nunca contra decision apresurada y muy peligrosa".

Uruguay ya lo vivió. De concretarse las intenciones de Brasil, el presidente de la ARU, Pablo Zerbino aseguró que "se deberá cuidar la propia salud sanitaria de la región". Indicó que Uruguay ya experimentó un episodio negativo por contagio desde Argentina y Brasil que trajo consecuencias muy complicadas y costosas para los productores y el país.



Aguerre ratificó que Uruguay no dejará de vacunar contra aftosa

Abril 20, 2017 Mientras yo sea ministro Uruguay no dejará de vacunar contra la fiebre aftosa", ratificó el titular de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP), Tabaré Aguerre, al ser consultado por un periodista por la decisión de Brasil, que anunció que adoptará esa medida en forma gradual a partir de 2018. Sus declaraciones fueron efectuadas luego de inaugurar ayer la 6ª Expo Melilla que organiza la Asociación Rural del Uruguay (ARU).

El ministro recordó que el 16 de mayo de 2016 en la reunión de la Comisión Sudamericana para la Lucha Contra la Fiebre Aftosa (Cosalfa), realizada en Punta del Este, había dicho claramente que cuando Uruguay haga un análisis técnico "nos debería dar total certeza de que la región está realmente fuera de riesgo".

Además, en ese proceso deberían cumplirse todas las etapas previstas por el Plan Hemisférico de Erradicación de la Fiebre Aftosa. Y, en tercer lugar, en una decisión política y no técnica, "tenemos que tener toda la certeza de que las situaciones de nuestros países limítrofes, no solamente en materia de circulación viral, sino de la seguridad y confianza que nos den sus servicios de control, deben ser elementos importantes para que adoptemos la decisión de dejar de vacunar".

Cuidar los mercados

Aguerre afirmó que frente a la realidad de países libres de fiebre aftosa que abastece Uruguay, como EEUU y próximamente Japón, "mientras yo sea ministro no voy a dejar de vacunar".

Por otra parte, el ministro elogió la Expo Melilla, en la que participan este año unas 200 empresas, al remarcar que es "una demostración de la voluntad y el trabajo en aras de superar las restricciones" que puede tener la actividad agropecuaria. a través de la tecnología y la innovación.

Perfil de la Expo Melilla

Por otra parte, el presidente de la ARU, Pablo Zerbino, destacó las múltiples propuestas que presenta el sector agropecuario en la 6ª Expo Melilla, pasando por el Montevideo rural y su compromiso de abastecer al país con frutas y hortalizas.

Además la participación de 500 animales que representan todas las especies, desde bovinos, ovinos, caprinos, suinos, conejos, aves, caballos y caninos, que exhibirán sus habilidades.

Zerbino resaltó también la variedad de maquinaria y la tecnología de producción de cultivos para la nutrición animal, así como también la producción, almacenamiento y conservación de forrajes y alimentos concentrados.

El presidente de ARU remarcó la apuesta del sector agropecuario y de las empresas que son responsables del apoyo técnico al sector para mejorar la eficiencia en la producción en pro de aumentar la rentabilidad de los productores.

Empieza a emerger un mercado de toritos para faena

17 de abril de 2017 En el Instituto Nacional de Carnes (INAC) se creó una comisión para que estudie la situación de los terneros enteros que ya se pasaron de categoría a toritos ante la demora en la salida de la exportación en pie.

La iniciativa surgió del Ministerio de Ganadería y fue transmitida al INAC donde se decidió formar una comisión integrada por representantes de los industriales y los productores. El foco está en cambios normativos que favorezcan la comercialización de esta categoría tanto en el abasto como para la exportación.

Las positivas señales del mercado –en cuanto a demanda y precio- llevaron a que muchos productores no castrasen a los animales esperando un fluido embarque de los mismos. Sin embargo, la salida de los animales ha sido lenta y por eso hay terneros enteros que ya van pasando la edad para ser exportados.

Algunos frigoríficos han empezado a comprar novillos enteros mientras operadores de la exportación en pie exploran la colocación de toros fuera de fronteras.

INAC evalúa incorporar la categoría "toros jóvenes" para faena con destino comercial

20 de abril de 2017 El Instituto Nacional de Carnes (INAC) conformará una comisión para analizar un posible cambio en la tipificación de los animales enviados a faena.

La idea, presentada por los productores, apunta a incorporar una nueva categoría de animales enviados a faena, la de macho entero joven. Hoy existe una categoría de macho entero muy joven, que es el ternero, hasta diente de leche. Pero si es mayor a diente de leche cae a categoría de toro. El objetivo del cambio es revisar "cómo se puede recatalogar la categoría de toros jóvenes para incorporarlos en el mercado de abasto", explicó a Ganadería.uy una fuente industrial consultada.

La normativa actual local señala que los toros no pueden tener destino comercial, de venta al público en mostrador, sino destino a "industria" (carne picada, embutidos, etc). A nivel internacional Argentina, Brasil y Paraguay tienen una categoría de toros jóvenes hasta dos y cuatro dientes.



“Nosotros pedimos que se estudie el tema de los animales de dos dientes, enteros, que todavía no tienen caracteres secundarios de macho –tanto en dureza, ni color- que da la posibilidad de comercialización tanto sea en el mercado interno como en el mercado externo”, explicó a Ganadería.uy un representante de los productores en la Junta directiva de INAC.

El industrial vinculó la propuesta a la demora registrada en algunos embarques con destino a exportación en pie. “Entiendo que sobran animales de esos negocios y hay que buscarles un lugar”, señaló el industrial consultado.

Sin embargo, el productor desligó por completo un tema con otro, y enfatizó que las gremiales de productores vienen trabajando en este tema hace más de cinco años. “Esto es mucho más grande que pensar en los terneros que sobran para Turquía”, dijo.

El tema se planteó en la junta de INAC mientras se avanza en la instrumentación de un sistema automatizado de tipificación, llevado a la práctica a través de escáneres en las plantas industriales de forma obligatoria, según establece un decreto ministerial publicado en octubre de 2016.

“Si se avanza con el tema de los escáneres en buen momento para tratar este tipo de cosas”, sostuvo el representante de los productores.

Recién comenzará la etapa de evaluación de esta propuesta en la comisión conformada en INAC. En caso de avanzar positivamente, el cambio tendría que instrumentarse a través de un decreto, explicó el productor.

PARAGUAY

Exportaciones de carnes: precios mejoran 6,8%

Los precios promedios de la carne exportada al mes de marzo son 6,8% superiores a los registrados en el mismo periodo del año pasado, según el “Informe de Comercio Exterior” que dio a conocer el Banco Central del Paraguay (BCP).

Los datos oficiales dan cuenta que los mayores incrementos en los precios se observan en Kuwait 91,7%, Brasil 30,5%, Taiwán 25,5% y Chile 9,6%. También aparecen en menor medida Irak con 6,4% y Rusia con 5,6%.

Técnicos del BCP señalaron que esto obedece a que los precios se están recuperando en los diversos mercados y se están enviando los mejores cortes.

A la vez de los mejores cortes enviados, los mayores precios pagados también obedece a que Chile sigue con su dinámica económica, en tanto que Rusia y Brasil se están recuperando por lo que muestran valores positivos, indicaron los técnicos de la banca matriz.

Las exportaciones de carne en el primer trimestre alcanzaron US\$ 293,4 millones, lo que representa un incremento del 14,3% con respecto a los US\$ 256,7 millones del mismo periodo del año pasado.

Por su parte, las exportaciones en cantidades presentaron un incremento de 7% respecto al acumulado a marzo del año anterior.

Chile es el principal destino de las exportaciones de carne, con el 33,5% de participación sobre el valor y 28,2% sobre el volumen total exportado, alcanzando US\$ 98,2 millones y 21.261,7 toneladas.

Le sigue el mercado ruso, que constituye el segundo destino en importancia y al mes de marzo del 2017 registró aumentos en valores del 41,8% y en volúmenes del 34,3%.

El informe del BCP destaca que los mercados de Chile y Rusia participaron con el 59,3% del total de carnes exportadas al mes de marzo del presente ejercicio.

Las exportaciones totales del país cerraron el primer trimestre con crecimiento equivalente a 18,4% con respecto al mismo lapso del año pasado.

Paraguay más cerca de ingresar con carne vacuna a Estados Unidos

18/04/2017 Restan cumplir dos etapas, la última es la apertura de comentarios públicos.

Paraguay continúa trabajando en la apertura de nuevos mercados para la colocación de carne vacuna, a corto plazo Estados Unidos es una prioridad que podría concretarse durante el 2017.

El presidente de la Asociación Rural del Paraguay (ARP), Luis Enrique Villasanti, contó al portal paraguayo El Agro que por el momento “se cumplió con éxito la fase uno del proceso” y actualmente “estamos transitando la etapa dos de tres necesarias para ingresar al mercado estadounidense”.

Explicó que la última instancia consta de la apertura de comentarios públicos – similar a lo que ocurrió con Uruguay para aprobar el compartimento ovino- y creen posible superar la misma sin inconvenientes.

Villasanti destacó como fortaleza el posicionamiento sanitario similar al resto de los países del Mercosur, libre de aftosa con vacunación. Además, insistió en la calidad de la carne paraguaya como pilar fundamental para habilitar el mercado de Estados Unidos.



Senacsa no rechaza el plan de dejar de vacunar contra aftosa

15 de Abril de 2017 El Paraguay y los demás países de la región tendrán que ir preparando la estrategia de cómo afrontar el periodo de transición de tres años hasta que llegue el plazo propuesto para levantar las campañas de vacunación de bovinos contra la fiebre aftosa, según manifestó en una entrevista el Dr. Hugo Idoyaga, presidente del Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa).

El funcionario fue consultado sobre el anuncio que realizó el Brasil en la 44 Reunión Ordinaria de la Comisión Sudamericana para la Lucha contra la Fiebre Aftosa (Cosalfa), que se celebró en Goiás, Brasil, los días 6 y 7 de abril.

“Hay que ir preparando la estrategia de cómo afrontar ese periodo de transición, pues todas las cepas deben ser resguardadas en un laboratorio superseguro de tal manera a evitar escapes”, respondió.

Habló también de la necesidad de contar con un banco de vacunas o de antígenos que permitan contar con información sobre dónde se manipulan aún ese tipo de virus y que permitan contar con el biológico en un momento de necesidad, si es que eso lo exigiera en forma rápida y decisiva.

Recordó que en la reunión en Goiás el único país que presentó una propuesta de levantamiento de la vacunación contra la aftosa fue Brasil, y que ese programa prevé que en el año 2027 todo Brasil esté libre de vacunación.

Preguntado sobre la posición de nuestro país sobre el levantamiento de la vacunación contra la aftosa, Idoyaga dijo que en Paraguay hay conciencia de que hay que levantar la vacunación, pero que como en Paraguay se habían detectado casos de fiebre aftosa no más de cinco años atrás, se cuenta con estos tres años para fortalecer la vacunación y las tareas que hacen a la vigilancia, infraestructura de control que requiere todo eso, de manera que cuando se tome la decisión, que tiene que ser en el año 2020, sea una que no tenga retroceso.

“Acá lo que se teme es que, como los demás países de la región, no exista aún la seguridad absoluta de que no haya circulación viral. Nosotros, como país, tenemos un tiempo, queremos seguir con el mismo plan de vacunación y de control que venimos haciendo, reforzar aquellas áreas que en cierta manera aún pueden ser deficitarias y, bueno, prepararnos y en 2018 y 2019 consultar nuestros resultados laboratoriales y también la situación externa”, indicó.

También dijo que, “en concreto, somos conscientes de que hay que levantar la vacunación en el menor tiempo posible. Los tiempos de decisión están ahí cerquita, son dos o tres años que faltan, y con base en eso esperar ese momento”, concluyó.

Senacsa medirá la efectividad de inmunización contra aftosa

18 de Abril de 2017| Inició muestreo serológico en 360 establecimientos

El Senacsa (Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal) inició ayer un trabajo de evaluación de muestreo nacional de inmunidad del hato ganadero de nuestro país a la fiebre aftosa. Esta tarea, que se realiza dos veces al año, es importante para el negocio ganadero y para mantener la certificación de la carne paraguaya, dijo el Dr. Ricardo Feltes, titular de Sanidad Animal, Identidad y Trazabilidad.

Senacsa dispuso la realización del muestreo serológico para evaluación de la vacunación de la fiebre aftosa a nivel nacional, a partir del día de ayer.

El organismo considera de suma importancia evaluar la situación inmunológica del ganado bovino en cuanto a la fiebre aftosa en todo el territorio nacional comparando con la cobertura de vacunación.

Argumenta que el programa nacional de erradicación de la fiebre aftosa es de vital importancia y de prioridad nacional, y además, que la prevención de la referida enfermedad se constituye en una acción esencial de la institución.

El director general de Sanidad Animal, Identidad y Trazabilidad de Senacsa, informó que desde ayer se encuentran en las áreas rurales 25 brigadas de campo, compuestas por un veterinario y dos paratécnicos, que tienen la misión de coleccionar muestras de sangre de más de 4.000 cabezas de ganado en 360 establecimientos ganaderos.

“Nuestro objetivo es tomar esas muestras de sangre en el menor tiempo posible. Hay una selección de establecimientos que son parte de este muestreo nacional de inmunidad contra la fiebre aftosa que apunta a evaluar la eficacia de nuestra campaña de vacunación”, expresó el Dr. Feltes.

Recordó que en el segundo semestre de este año se realizará un segundo muestreo. Sería en el mes de septiembre. En esa ocasión se tomarán 20.000 muestras. Ese muestreo apunta a verificar la ausencia de circulación de virus, indicó.

“Estas dos actividades son obligatorias para nosotros, para mantener nuestra certificación de (país) libre de aftosa con vacunación. Tenemos que remitir esta información a la OIE (Organización Mundial de Sanidad Animal)”, manifestó el funcionario de Senacsa.

“Estas son las actividades que respaldan el negocio ganadero”, recalzó también el funcionario estatal.

Revacunación



Por otra parte, la resolución del organismo estatal señala que aquellos establecimientos ganaderos que arrojan resultados laboratoriales que indiquen bajos niveles de protección, deben ser revacunados contra la fiebre aftosa, en este caso por la Comisión de Salud Animal, con la fiscalización oficial del Senacsa.

Ayer se inició oficialmente el periodo de vacunación de terneros y desmamantes (macho y hembra). En total se prevé la vacunación de unos 5 millones de vacunos, informaron desde el Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa). Este periodo de vacunación se extenderá hasta el 19 de mayo próximo y el registro de los animales vacunados hasta el 2 de junio.

Ambos segmentos del hato ganadero recibirán la dosis de refuerzo, de manera que el resto de su existencia cuenten con esa inmunidad. La expectativa del número de animales a ser vacunados en este periodo es de alrededor de 5 millones.

El organismo estatal informa que todas las vacunas están disponibles y que hay suficiente cantidad para que los productores puedan adquirirlas. En Paraguay hay tres campañas de vacunación. La primera campaña fue de enero a febrero, ahora la segunda, y la tercera campaña es de julio a agosto. Este calendario de vacunación se viene aplicando en nuestro país desde el año 2012.

En la primera y la tercera campaña la vacunación es general. Es decir a todo el stock de animales vacunos. El total del hato ganadero en nuestro país consta de 13.850.000 cabezas, según registro de bovinos vacunados en el programa de enero y febrero de este año.

País libre de aftosa

El Paraguay mantiene el estatus de país libre de fiebre aftosa con vacunación desde hace varios años.

El calendario de vacunación se cumple con rigurosidad, puesto que a nivel de la región, del continente, existe un plan que apunta a que para el año 2020 se “cuelgue la jeringa”. En ese plazo se dejará de vacunar contra la fiebre aftosa.

Ya se puede exportar carne a los Emiratos

20/04/17 La Cámara Paraguaya de la Carne, juntamente con el Ministerio de Industria y Comercio y el Senacsa, agasajaron ayer después del mediodía a miembros de la Cámara de Comercio e Industria de Dubái con un asado de la mejor carne paraguaya, según dijeron.

Hasta ese momento el sector dedicado a faenar vacunos en nuestro país estaba con gran expectativa y optimismo sobre la posible apertura del mercado de Dubái para el producto paraguayo, ya que recientemente se produjo la confirmación del certificado sanitario para la exportación a su territorio.

Y al final de la tarde, los Emiratos Árabes Unidos (EAU), del cual forma parte Dubái, autorizaron el inicio de los envíos a su territorio de carnes y productos cárnicos de bovinos y aves de origen paraguayo, según un comunicado remitido a la embajada de nuestro país en Doha, Qatar, y divulgado por el Gobierno nacional.

Dicho texto fue emitido por el Ministerio de Cambio Climático y Ambiente de los Emiratos Árabes Unidos, el cual aprobó los modelos de certificados sanitarios para autorizar la exportación de los citados alimentos paraguayos.

Previamente, el almuerzo ofrecido a los empresarios de Dubái consistió en carne asada que había sido faenada con el rito halal (palabra árabe que se traduce como “lícito” y se utiliza en la civilización islámica para designar aquellas acciones y comidas que son aceptadas por la ley islámica), según explicaba el presidente de la Cámara Paraguaya de la Carne, Lic. Juan Carlos Pettengill.

Luego refirió que a partir de la certificación sanitaria obtenida, que fue conocida el lunes último, quedaba a cargo de las industrias frigoríficas de nuestro país habilitar el procedimiento halal con la agencia certificadora de Dubái y cerrar negocios comerciales. “A partir de ahí ya se podrá exportar carne paraguaya a Emiratos Árabes Unidos”, dijo.

Con aquella reunión culminó la visita de dos días de un grupo de 22 personas de Emiratos Árabes Unidos. La misión partió ayer rumbo a Buenos Aires, Argentina.

Por la mañana, los integrantes de la Cámara de Comercio de Dubái se reunieron con el presidente Horacio Cartes y después ofrecieron una conferencia de prensa acompañados de autoridades nacionales. Informaron de los temas tratados y del interés que tienen en concretar negocios con el sector público y privado de Paraguay.

UNIÓN EUROPEA

Brexit: Irlanda discute condiciones fronterizas

21 April 2017 IRELAND - IFA President Joe Healy has met with Minister for Foreign Affairs and Trade, Charlie Flanagan, to discuss the threats posed by Brexit to Irish agriculture.

Mr Healy said, “Ireland is the most exposed EU member state in Brexit negotiations, and with 40 per cent of our agri-food exports going to the UK each year, agriculture is the most exposed Irish sector. The



Government's position on Brexit must reflect the unique difficulties Irish agriculture faces and use all political capital to ensure a strong negotiating stance by European political leaders to achieve the best outcome for farming."

The land border between Ireland and Northern Ireland creates an additional serious challenge for Irish agriculture, Mr Healy said, "The level of trade and co-operation between Northern Ireland and the Republic is very significant, with geographical proximity creating a highly integrated and established trade flow of both finished products and products requiring further processing.

"Any hard border situation that would damage the free flow of agricultural products, or increase the costs involved, would be devastating for farmers on both sides of the border and must be avoided."

The IFA President discussed IFA's Brexit policy priorities, as spelled out in the recently launched policy document Brexit: The Imperatives for Irish Farmers and the Agri-food Sector, with the Minister. IFA is clear that, if the UK exists the Customs Union, there must be a Comprehensive Free Trade Agreement between the EU and UK, which would include the following specific elements for agriculture and food:

Tariff-free trade for agricultural products and food;

Maintenance of equivalent standards on food safety, animal health, welfare and the environment; and

Application of the Common External Tariff for imports to both the EU and UK.

IFA will hold a major Brexit event on Monday next, 24 April. EU Commissioner for Agriculture Phil Hogan, the Minister for Agriculture Michael Creed, IFA representatives and industry leaders will speak at the event in Goffs, Co Kildare.

TheCattleSite News Desk

ESTADOS UNIDOS

Reapertura de CHINA: resta la negociación del protocolo sanitario

By Josh Maples, Mississippi State University April 19, 2017 | It was reported last week that China has agreed to allow beef imports from the U.S. for the first time since 2003. This announcement follows a very similar announcement made in September of 2016, though no actual trade has occurred yet. Gaining access to the most populated country in the world would be a very positive development for the U.S. beef industry. China represents a multibillion-dollar market and has the greatest growth potential for beef consumption of any country in the world. China has a large and growing middle class and has experienced steady increases in beef consumption. China and Hong Kong combined to be the largest beef importers in the world in 2016. While the U.S. already exports to Hong Kong, 87 percent of China's 2016 beef imports were from Brazil, Uruguay, Australia, and New Zealand.

If the U.S. is going to be able to export beef to China, a bilateral agreement over trade specifications must be reached by both countries. The three step process for resuming trade was discussed in a USDA Foreign Agriculture Service report last September. The first step was lifting the ban on U.S. beef. The second and third steps involve negotiating export protocol conditions and an audit of these protocols. The report also pointed toward the discussion of traceability requirements as part of the protocol negotiation. The announcement made last week should be viewed more of a repeat of the first step.

We can look to the process Canadian beef followed to re-enter the Chinese market as a reference. China also closed the door on Canadian beef in 2003 as a response to bovine spongiform encephalopathy (BSE). In June of 2010, China announced it would reopen imports of Canadian beef in stages. The first stage was boneless frozen beef from cattle under 30 months of age which began shipment in May of 2011. China agreed to allow Canadian bone-in frozen beef from cattle under 30 months old in September of 2016. With regards to traceability, the cattle from which the beef is harvested must meet the requirement that "each animal has a unique identity, the farm of origin (place of birth) can be traced, and the cattle should be slaughtered less than 30 months of age." The process to begin shipment of U.S. will not necessarily have to follow the same staged process or take the same amount of time. However, this is a good example of the type of protocols and regulatory hurdles that must be negotiated.

It is important to note that if and when we finally start exporting beef to China, much work will need to establish market share of U.S. beef in China. Per capita consumption of beef is much lower in China (forecasted 12.7 lbs. per person in 2017) as compared to the U.S. (forecasted 56.2 lbs. per person in 2017). While this shows enormous room for growth, the growth will likely be throttled by household income. Average per capita income in China was \$8,028 (USD) in 2015 – significantly lower than the U.S. average of \$56,116. This leads many Chinese consumers to be very price sensitive. Further, the beef produced in the U.S. is overwhelmingly grain-fed as compared to the predominantly grass-fed beef produced by most of China's current trading partners. However, the population of China leads even gaining a small share of the per capita consumption totals to have a large impact on U.S. exports.

While the possibility of exporting to China should assuredly be viewed as very positive for U.S. beef producers, we have not yet reached the finish line. The resurgence of the topic in media stories last week



is more of a reminder of how important beef exports to China could be to our industry than a new development.

Carne bovina tema central en las negociaciones comerciales con CHINA

Fri Apr 14, 2017 | (Reuters) - The 100-day trade talks announced after a Sino-American presidential summit last week will aim to deal with decades of thorny trade issues, leaving some U.S. business leaders wary that the short timeline might yield superficial results.

Business executives are also worried that President Donald Trump's focus on curtailing North Korea's nuclear and missile programs could undercut U.S. commercial interests in China.

Days after Trump's meeting with President Xi Jinping, Trump tweeted that Beijing would get a better trade deal with Washington if it helped resolve the U.S. problem with Pyongyang.

The U.S. business community should not be used as a "bargaining chip", said James Zimmerman, a Beijing-based lawyer and the former chairman of the American Chamber of Commerce in China.

"Trump's 'far better trade deal' linkage to North Korea is amateurish, illogical horse trading, at best," Zimmerman said.

The White House has said U.S and Chinese officials are still at the early stages of "fleshing out" a pledge by Trump and Xi to develop the 100-day plan to reduce the U.S. trade deficit with China, which last year reached \$347 billion.

It was among the limited set of public outcomes from their first meeting in Florida.

While Trump has promised to aggressively address trade imbalances and open the Chinese market to more American goods and services, William Zarit, the Chamber's current chairman, said the talks need to address the "structural impediments" U.S. companies face in China.

"We'd rather be talking than having a trade war. But remember we've been talking for 20 years and haven't gotten very far," Zarit said.

The White House has said that issues including opening up China's financial services sector and getting U.S. beef exports into China were up for talks.

"We are pleased to hear the issue has been elevated to the highest levels of both governments and that there is commitment to resolve the U.S. beef access issue in an expedited fashion," CEO of the U.S. Meat Export Federation Philip Seng said.

Others remain skeptical.

"Beef should have been done 10 years ago. The fact that that has been going on for so long is emblematic of the imbalance in the way we negotiate and deal with each other," said James McGregor, Chairman of APCO Worldwide in Greater China.

China has purchased hardly any American beef since it conditionally lifted an import ban last year that was imposed in 2003 due to a case of mad cow disease in Washington state.

Despite initial media reports suggesting Xi may have offered access for U.S. beef as a concession to stave off rising trade tensions, China's Premier Li Keqiang this week appeared to link progress on the issue to U.S. restrictions on imports of some Chinese poultry products for food safety reasons.

"China is willing to import market-competitive U.S. beef that meets quality and health standards," Li told a U.S. Congressional delegation in Beijing on Monday, according to the state-run Beijing News.

"Chinese chicken is also very competitive in the international market. We hope the United States can quickly lift the ban on Chinese chicken imports. Only in this way can we better embody fair trade," Li said.

While individual companies are hesitant to criticize China for fear of backlash, critics from U.S. business groups accuse Beijing of unfairly subsidizing domestic firms and restricting foreign investment into much of the world's second-biggest economy.

A 50-percent ownership cap for foreign life insurers, for example, despite China's 2001 World Trade Organization commitments to lift it, has helped limit their market share to about 6 percent.

Beijing has repeatedly promised to open up financial services more widely to foreign firms, but has given few details on implementation.

Jacob Parker, vice president of China operations at the U.S.-China Business Council, said concerns persist that China would make commitments but not follow through or take only incremental steps.

While the government could remove some industries from a list of sectors restricted for foreign investment, businesses could still face red tape and licensing hurdles or be restricted to regional pilot zones.

"There are lots of ways China can call something an opening and it is not," Parker said.

Xi proposed further cooperation on infrastructure development in meetings with Trump, but Chinese state-owned companies working on major U.S. public works is a politically fraught issue in the United States, where Trump campaigned on creating jobs.

High-tech industries where China hopes to funnel investment, such as semiconductors, virtual reality and autonomous vehicles, are considered sensitive. Such partnerships would likely also have to clear national security hurdles.



Skeptics also wonder if Chinese cooperation in redressing the trade imbalance will be limited to areas that serve Chinese needs, such as increasing imports of U.S. gas, oil and coking coal.

Xi stopped in Alaska on his way home, meeting with Governor Bill Walker, who touted the state's oil, gas, and mineral resources.

On the market access side, lowering restrictions on foreign investment in Chinese banking, securities, investment management, futures, insurance, credit ratings and accounting sectors, as Beijing has already promised, would help China improve the quality financial of instruments and make their markets more stable and professional, said McGregor.

"If you look at the things that China is talking about opening, it's all areas where China needs help," McGregor said.

Ganaderos abogan por obtener beneficios similares a los que ofrecía el TTP

One question loomed large Tuesday during the vice president's first diplomatic mission to Japan: Where's Take that literally: The \$60 billion U.S. beef industry was one of the most ardent backers of the now-defunct free trade agreement known as the Trans-Pacific Partnership. That sweeping deal covered a dozen nations along the Pacific Rim, but the big prize for the United States was improved access to the 127 million consumers in Japan.

That is, until President Donald Trump formally withdrew from the agreement on his fourth day in office. On Tuesday, Vice President Mike Pence called TPP "a thing of the past."

"The United States seeks stronger and more balanced bilateral trade relationships with every country, including Japan," Pence said. "Our goal is simple: We seek trade that is free, and we seek trade that is fair."

Commerce Secretary Wilbur Ross — the administration's point person on trade — joined Pence in Tokyo for bilateral trade talks with Japan's deputy prime minister and other senior officials. Pence emphasized the role of Japanese investment in the United States in creating jobs and fostering economic growth. But some tensions remain: The Treasury Department last week said it is "monitoring" Japan's currency practices amid the large trade deficit.

"I'm not sure Japan will be that interested" in a new deal, said Miriam Sapiro, who served as acting U.S. trade representative under President Barack Obama and is now a partner at PR firm Finsbury. "Some concessions that Japan made because the U.S. asked might not make sense in a bilateral agreement."

For the beef industry, the stakes are particularly high. Japan's tariff on U.S. beef was slated to drop from 38.5 to 9 percent over the next 16 years under TPP. Now producers are pushing the administration to deliver terms that are at least as favorable.

"That's the greatest market access ever negotiated — so far," said Kent Bacus, director of international trade at the National Cattlemen's Beef Association, a trade group. "We're hopeful that the new administration will be able to strike a bilateral deal very soon and either improve upon that or at least get us the 9 percent that TPP would have offered."

'We sell everything but the moo'

Opponents of TPP argued that the agreement did not include strong protections for workers and the environment. There were also broad concerns that decades of free trade had done little to help middle-class workers and contributed instead to the steady decline of blue-collar jobs in America — a frustration that helped fuel Trump's campaign.

But Trump also carried key farm states like Iowa and Nebraska, despite his break with the agricultural community over TPP. Beef exports totaled \$6.3 billion last year, according to the U.S. Meat Export Federation. Japan accounts for roughly one-sixth of that amount. But Bacus said the market is important for another reason: Japanese consumers are especially interested in what are known in the industry as "offals" — organ meats such as beef tongue that U.S. households are reluctant to buy. In Japan, they can fetch a premium.

"My father likes to say we sell everything but the moo," said Kelley Sullivan, who runs Santa Rosa Ranch in Texas, one of the largest producers in the state. "There is nothing lost in a beef cow. And that is really the benefit that we have, and that's where our market again lies."

Lower tariffs could mean a big boost in business for the nation's largest beef producers, such as Tyson Foods (TSN). On the company's quarterly earnings call in February, Chief Executive Thomas Hayes sounded a cautionary note on the shift in the U.S. stance on trade.

"In general, trade restrictions that impact export demand also can affect domestic supply," he said. "We're planning for different scenarios and will be prepared to adapt if there's any change in policy."

Cargill, another major beef producer, was more blunt. Chief Executive Dave MacLennan delivered a speech last month titled "Standing Up for Trade." It was a rare foray into public policy for the company, but the message was clear.

"When trade is restricted, economic engines weaken on both sides of the equation," MacLennan said. "Protections do more harm than good."



Preven baja en los precios de la carne bovina en los próximos meses

By Lydia Mulvany Bloomberg News APRIL 17, 2017 —Americans are expected to eat 8 percent more red meat and poultry per capita this year compared with three years earlier.

Go ahead, throw another T-bone on the grill. Thanks to a boom in beef production, steaks and burgers will finally be cheap enough this summer to rival pork and chicken.

The surge in output means the U.S. is headed for a meat bonanza. Americans will eat 8 percent more red meat and poultry per capita this year compared with three years earlier — a record jump in government data going back to 1970. Beef, in particular, is expected to see increased consumer demand as prices in grocery stores drop, making the meat more competitive.

Retailers and restaurants are loading up on beef supplies, signaling that customers will enjoy summer promotions. Adding to the demand outlook is recent news that the U.S. may be getting closer to restarting trade with China, the world's second-biggest beef buyer, opening a market that's been shut since 2003. The brightening picture is drawing the attention of hedge funds, who have the most bullish holding on cattle futures since June 2014.

"If you lower prices enough, you can get products sold not just in the near term, but for the next three to five months," said Altin Kalo, an analyst at Manchester, N.H.-based Steiner Consulting Group, an economic and commodity-trading adviser. "For two or three years we were in a situation where beef went up and up, and it became difficult to run full promotions. Suddenly, the market switched and allowed more operators to do that."

Rising beef consumption is sparking a rally for cattle prices, as traders anticipate that meatpackers will need a steady stream of the animals. June futures climbed 2.6 percent to \$1.147 a pound last week on the Chicago Mercantile Exchange, after reaching \$1.15525, the highest since the contract started trading in February 2016. They're up 3.4 percent this month.

Money managers are gearing up for more gains. The cattle net-long position, or the difference between bets on a price increase and wagers on a decline, climbed 1.9 percent to 123,372 futures and options in the week ended April 11, according to U.S. Commodity Futures and Trading Commission data released three days later.

Demand is picking up as retailers have responded to better wholesale pricing with "aggressive" beef promotions, analysts at Greenwood Village, Colorado-based CoBank said in a March report. Beef is seeing its highest share of total advertisements for the three main meats, including chicken and pork, in seven years, CoBank said.

Ground beef in grocery stores has dropped about 9 percent from a year ago, the most recent data from the U.S. Bureau of Labor Statistics show. Steaks are down 6.6 percent.

While pork and chicken are typically less expensive than beef, the gap between the prices is narrowing. Steak's premium over pork chops is down 6.5 percent from a year ago.

Above-average temperatures, favorable to grilling, and strengthening consumer confidence are also helping demand. As of April 7, the four-week average of beef sales for delivery between 22 and 60 days out was 34 percent more than a year earlier, according to U.S. Department of Agriculture data compiled by Steiner Consulting. The trend of higher sales has persisted all this year.

Optimism that China will soon buy U.S. beef is also fueling bulls. President Donald Trump's administration called it a "big prize" after he and Chinese President Xi Jinping agreed to expand American shipments to the country during a meeting this month. China lifted its 2003 ban in September, but difficulties negotiating conditions attached to the re-opening of trade have held up sales.

Even without China, beef exports have chipped away at bigger domestic supplies, with volumes in the first two months of the year up 13 percent, according to the latest government data compiled by the U.S. Meat Export Federation.

An expanding herd and robust slaughter numbers are also deceptive — supplies are actually tight when looking at market-ready cattle, or those that have been fattening up for months in feedlots and are ready to be bought and processed. The number of animals on feed for more than 120 days was 16 percent lower on March 1 and may be down as much as 12 percent for April 1, according to Kalo of Steiner Consulting.

Even with booming demand and near-term supply tightness, the futures curve signals price declines in the longer-term. Contracts through the end of the year are trading at a discount to June futures.

Output will catch up with demand, and production of other meats will continue to expand, pressuring prices, said Donald Selkin, the New York-based chief market strategist at Newbridge Securities, which manages around \$2 billion.

"I don't think there's so much bullishness going into the end of the year," Selkin said. "There's going to be some herd expansion, and there's the realization that there's going to be larger pork and poultry supplies. That's why the bullishness is only near-term."



Principales atributos de producción reconocidos por los consumidores de alimentos

20 April 2017 US - For many consumers, buying a gallon of milk is much more complex than finding the preferred fat content and expiration date. They want to know how the cows were treated, what they were fed, whether they received growth hormones or antibiotics, whether the milk is organic, and so on.

A recent University of Illinois study ranks which of these production attributes are most important to buyers for four different products: beef, chicken, milk, and eggs.

The study determined the importance of seven specific on-farm practices in consumers' purchasing decisions:

Animals were not administered growth hormones.

Genetically modified organisms were not used in the production of this product (non-GMO).

Animals were humanely raised.

Animals were not administered antibiotics.

Animals were raised in a free-range (or cage-free) environment.

Animals were grass-fed (or raised on a vegetarian diet).

The product is certified organic.

The top three attributes overall were "no growth hormones", "non-GMO", and "humanely raised", though there were differences in importance based on product type. The "organic" attribute was ranked lowest in importance for consumers.

"The biggest surprise in the study is that 'no growth hormones' is the number one concern consumers have across the board on all of these products," says U of I food economist and lead researcher Brenna Ellison.

"It's odd because growth hormones are already prohibited for poultry products. Further, products that are certified organic or humanely-raised also prohibit the use of growth hormones in animals. Ultimately, it means consumers are spending unnecessary time looking for labels that reflect this particular attribute."

The presence of such labeling claims can determine the sales of one product over another identical product. If one producer labels its packages of chicken as having "no growth hormones" and another producer doesn't, the latter is at a disadvantage when consumers are selecting for that specific attribute.

Even though both brands of chicken are hormone-free, by government mandate, the producer who didn't pay to add a label may suffer. Products that carry the "no growth hormones" claim must note that these are prohibited by the government on the packaging, but this is usually in the fine print where consumers may or may not be looking.

The lack of importance of the "organic" claim was also surprising to Dr Ellison and her co-authors, Kathleen Brooks and Taro Mieno of the University of Nebraska.

"When most people hear the term 'organic,' they think of produce, fruits, and vegetables. I don't think the term translates as well to animals. Consequently, consumers may not understand that the organic certification for meat and other animal products actually already includes a lot of these other production attributes."

Dr Ellison says the fact that producers keep putting multiple claims on their products, even though broad claims like "organic" and "humanely raised" encompass almost all of the other production attributes, suggests that producers may be skeptical that consumers know the full definition of these labels. "They keep adding more labels to make sure consumers can find all of the things that they want even though one label might do the job."

Labels also provide a way for consumers to express their opinions by voting with their dollars. They can purchase products labeled with concerns that are important to them.

"Choosing to buy milk without traces of hormones or antibiotics may be driven more by concerns for our own health than the health of the animal," Dr Ellison says.

"But treatment of the animal is also important to people. The results of the study show that consumers place a greater importance on the 'humanely raised' attribute for milk and eggs - animals that keep producing, versus those that go to slaughter."

TheCattleSite News Desk

USMEF Plantea rebaja de aranceles a JAPON

April 18 (UPI) -- U.S. business leaders called for the lowering of tariffs in Japan as U.S. Vice President Mike Pence began trade talks with Japanese officials in Tokyo.

Philip M. Seng, the chief executive of the U.S. Meat Export Federation, told reporters in Tokyo on Tuesday that Japan's tariffs on U.S. beef are "too high," according to NHK.

Seng said the United States and Japan should soon negotiate a bilateral free trade agreement so beef import tariffs are lowered.

The spokesman for the U.S. beef industry pointed out Japan's 38.5 percent tariff on beef is one of the world's highest in major markets.

Japan has a history of restricting U.S. beef imports.



In 2003, the country banned U.S. beef, citing the spread of mad cow disease among livestock. Import restrictions were eased after December 2005 but a ban returned in January 2006.

U.S. Commerce Secretary Wilbur Ross, who has been critical of trade barriers against U.S. exports, has said American beef was "good enough for foreigners to eat" despite the mad cow disease concerns.

Ross, who has not singled out Japan for criticism, has spoken out against barriers to U.S. exports of cars and agricultural products, Bloomberg reported.

A Japanese official has said Tokyo wants to exclude Ross from economic talks this week in order to avoid disputes.

Pence instead will take the lead in trade talks with Japanese Deputy Prime Minister Taro Aso upon the request of Japanese Prime Minister Shinzo Abe, according to the report.

The vice president arrived in Tokyo after concluding talks in Seoul, where he focused mostly on North Korea's threats.

But prior to his departure Pence pointed out the bilateral FTA with South Korea would need to be "reformed" in the days ahead.

Cho Jun-hyuk, Seoul's foreign ministry spokesman, said Tuesday Pence's remarks do not mean a renegotiation of the agreement,

The government, however, will pay closer attention to trends in the U.S. trade deficit, Cho said.

Estados Unidos superará a Australia en el Mercado japonés.

18 de abril de 2017 U.S. beef more competitive as low grain prices cut costs

Exporters want bilateral trade agreement to grow sales

The U.S. is expected to regain its status as the largest beef supplier to Japan as early as this year, surpassing Australia for the first time since mad-cow disease halted shipments of American beef in 2003, according to the U.S. Meat Export Federation.

Even though Australia enjoys the advantage of lower tariffs on beef than the U.S. under a bilateral trade agreement with Japan, low U.S. grains and soybeans prices have made American beef producers more competitive, Chief Executive Officer Philip Seng said on Tuesday.

"We will still be quite competitive with Australia even though they have the duty situation," Seng said in an interview in Tokyo.

Japanese restaurants and convenience stores are seeking more affordable meat after prices of local Wagyu climbed to a record due to declining production. The taste of U.S. beef is similar to Japanese meat as cattle in both countries are fed with grain, while Australian beef is produced from grass-fed cattle, according to Seng.

In the first two months of 2017, beef imports from Australia represented 47 percent of total purchases and the U.S. accounted for 44 percent, according to data from Japan's Agriculture Ministry.

Tight Supply

Australian beef supplies will be tight this year as producers rebuild herds, keeping meat prices high, Seng said. Exporters may also put their focus on boosting beef sales to China, taking advantage of a trade agreement between the two countries, he said. "They are focused on China, Korea" and other markets in Asia, as well as the U.S., he said.

Australia's beef cattle herd will expand 3 percent to 24 million by June 30 and the country's slaughter will slump 15 percent, the Australian Bureau of Agricultural & Resource Economics & Sciences said in March. Shipments to Japan will decline in 2016-17, while exports to South Korea will increase 4.5 percent, the bureau said.

The group expects U.S. beef exports to Japan to increase 12 percent to 267,439 metric tons in 2017, the highest level since Japan lifted a ban on the meat in 2006. In 2007, purchases from the U.S. were 39,634 tons. Imports from the U.S. jumped 16 percent last year, while purchases of Australian beef fell 5.5 percent, according to Japan's Agriculture Ministry.

The U.S. is seeking to expand sales to Japan even though there's a 38.5 percent tariff on the country's frozen and chilled beef. Japan cut tariffs on Australian chilled beef to 29.9 percent, and duties on Australian frozen beef to 27.2 percent this month, the fourth reduction since a bilateral trade agreement took effect in 2015.

Trade Agreement

The U.S. should seek its own trade agreement with Japan after President Donald Trump withdrew the country from the Trans-Pacific Partnership, Seng said. "This is urgent, it's very important," he said.

U.S. exporters risk losing market share in Japan, the top destination for American beef and pork, if Japan and 10 other countries agree to go ahead with their trade-promotion plan without the U.S., Seng said. TPP countries minus the U.S. reiterated their commitment to free trade on March 15. Among the members, Canada is the largest pork supplier to Japan after the U.S., while New Zealand is the third-largest beef supplier.



Japan's imports of pork from the U.S. may rise 3 percent to 365,031 tons in 2017, according to Seng. Japan's pork imports in the first two months of this year increased 5.3 percent to 144,350 tons, of which 43,605 tons were from the U.S. and 30,730 tons were from Canada.

CHINA

Crece participación en el Mercado mundial

By Derrell S. Peel, Oklahoma State University Extension April 17, 2017 In the fall of 2016, the Chinese government indicated a willingness to open China to U.S. beef. Although talks have been ongoing, no agreement has been reached on protocols for U.S. beef to move into the Chinese market. The Trump administration recently reaffirmed that talks will continue under the new U.S. administration. There is no indication of when such access might be realized or what conditions or restrictions will be attached to that access. Questions of traceability and use of beta agonists and other technologies are likely to factor into U.S. access to Chinese beef markets. Just how important might China be for U.S. beef exports?

China has been the fourth largest beef producing country for at least the last twenty years. For most of those years, China was also the fourth largest beef consuming country although it moved up to be the third largest beef consuming country in 2016 and is projected to be the second largest in 2017. Per capita beef consumption of beef in China is relatively low but has increased by about 20 percent in the last six years to a projected 2017 level of 5.77 kilograms (12.7 pounds). Growing per capita consumption multiplied by an estimated 2017 population of 1.39 billion people is pushing total beef consumption in China ahead of the European Union and second only to the U.S. Economic growth is the principal driver of beef demand with an emerging middle class and rapid urbanization dramatically impacting beef demand in the country. Population growth in China is slow, less than 0.5 percent per year, but still adds several million additional consumers each year.

The role of China in global beef markets has evolved rapidly in recent years. Despite being a large beef producing and consuming nation for many years, China has never been a player in global beef markets until recently. For many years China neither imported nor exported much beef. However, since 2012, growing beef consumption has resulted in a rapid increase in beef imports as consumption outpaced beef production in China (Figure 2). China emerged as the second largest beef importing country in 2016. Major beef suppliers to China in 2016 were Brazil (29 percent of total Chinese imports); Uruguay (27 percent); Australia (19 percent); New Zealand (12 percent) and Argentina (9 percent). In 2017, Chinese beef imports are projected at 950 thousand metric tons, up 17 percent from 2016.

The U.S. has not had access to China for beef exports since 2003, though some U.S. beef reaches China unofficially through Hong Kong and Vietnam. The rapid growth in Chinese beef imports recently provides significant export market potential for U.S. beef. The long run potential of beef exports to China is likely larger and more certain while short term prospects may be more modest as U.S. beef establishes market share and official shipments displace unofficial shipments. Still, if U.S. access to China happens rather quickly, 2017 U.S. beef exports could be boosted by an additional one to three percent this year in addition to the currently projected six to seven percent year over year increase in beef exports.

Prior to 2012, China represented less than 0.5 percent of total global beef imports. Projected 2017 beef imports in China will exceed 12 percent of global beef imports. It seems clear that China will continue to increase as a major factor in global beef markets. Prompt U.S. access to the Chinese beef market is perhaps the most important component of expanded U.S. beef export potential in the coming years.

Acuerdo comercial favorece a AUSTRALIA

17 April 2017 Australian beef suppliers and exporters are poised to feed Chinese consumers with more fresh meat than ever, thanks to the bilateral agreement signed by the two countries in March.

The new trade agreement was reached by the two sides during Chinese Premier Li Keqiang's official visit to Australia in late March. The deal allows Australia to be the first and only country to have complete market access to supply chilled or fresh meat to China, a nation where pork is the most consumed meat.

The new agreement is expected to increase beef import value from Australia to China by \$400 million a year.

Australia has for the past decade been the leading exporter of the meat to China. However, with the increase in the number of exporters to China, the market share of Australian beef dropped from 52 per cent in 2013 to 34 per cent in 2015.

"That agreement sets up a platform to open up more access. The main breakthrough is Australian exporters can now send chilled meat here, as opposed to before when it was only frozen meat. This will be the biggest opportunity," said Michael Finucan, general manager of Meat and Livestock Australia (MLA), International Markets.



Fresh meat has been one of the best-selling and fastest-growing sectors in China. Mr Finucan attributed this to the fact that more Chinese consumers are cooking beef at home instead of eating it at restaurants, pointing out that retail sources such as supermarkets have been a key growth engine.

Just days after the conclusion of Premier Li's visit, MLA and its counterparts from the dairy and wine industries held an event in Shanghai themed "Taste Australia". Attended by retailers, restaurateurs and chefs, the event was hosted by Australian celebrity chef Tim Hollands and featured a cooking show that displayed the quality of the country's produce.

China is now the fourth largest importer of Australian beef, both by value and volume. Statistics from MLA showed that beef exports to China hit AUD\$1 billion (\$751 million) in 2015. MLA also projected that China's beef consumption would reach 8 million tons by 2020.

According to industry experts, domestic supply of beef in China has been stagnant, if not declining, because of rising labor costs. The number of cattle reared for beef in China has stayed around 150 million since 2014.

The Australians are set to face fiercer competition, with other nations like Brazil and New Zealand joining the competition. In addition, China's Ministry of Agriculture had in September 2016 lifted the ban on imports of US bone-in-beef and boneless beef for livestock under 30 months, with conditions.

"China is a very big market for us, so the opportunity for us is to supply the premium sector and that's where we are looking to expand. So we are not so worried about the total volume," said Mr Finucan, addressing the problem of competition.

TheCattleSite News Desk

IRLANDA avanza en la reapertura del Mercado chino

19 April 2017 - China and Ireland on Tuesday signed a formal protocol on beef exports to China that paves the way to access for Irish beef to China.

The protocol is related to inspection, quarantine and veterinary health requirements for Irish frozen beef to be exported to China.

This marks another major milestone in the process of getting Irish beef into the Chinese market, the Irish government said in a statement.

China imposed a ban on Irish beef after Europe's mad cow disease outbreak in 2000.

In order to complete the process to allow Irish beef exporters access to the Chinese market, a veterinary health certificate with China's General Administration of Quality Supervision, Inspection and Quarantine (AQSIQ) must be finalized, which will be followed by an inspection visit by the Chinese Certification and Accreditation Administration (CNCA) to approve individual processing plants for export, according to the Irish government.

Beef consumption in China has increased almost six fold between 1990 and 2015 and is forecast to increase further over the coming years.

However, Chinese beef production has not kept pace with rising demand.

On Tuesday, the two sides also signed a protocol to facilitate trade in thoroughbred horses for an emerging racing sector in China.

Irish agri-food exports to China have increased from about €240 million (US\$256.7 million) in 2012 to €780 million in 2016, a three-fold increase.

This made China the third largest market for Ireland's agri-food sector in value terms after Britain and the United States in 2016.

TheCattleSite News Desk

AUSTRALIA

Firma acuerdo de reconocimiento mutuo con el FSA de ESTADOS UNIDOS

20 April 2017 - Australian exporters are in a significantly stronger position as preferred suppliers of safe, high quality food to the United States of America (USA) after the signing of a bilateral Food Safety Recognition Agreement this month.

Department of Agriculture and Water Resources head of exports, Greg Read, said the agreement was the third the USA had undertaken with a trading partner and provided for the USA and Australia to recognise one another's food safety and regulatory systems as comparable.

"The upshot is that this will greatly simplify Australian exports to the USA through greater reliance on our national food control systems that ensure the production of safe food," Mr Read said.

"This agreement, signed by the USA's Food and Drug Administration and the Australian Department of Agriculture and Water Resources, will result in fewer in-country audits—with compliance being managed by the exporting country.



“This is good for our businesses, as it positions Australia as a safe source of food supply for the US market that will place our exporters in a position of benefit compared with other exporting countries that don't have this agreement.

“These preferential processes will encourage trade between our two nations that can only be good news for our farmers and growing their profits.

“Not all foods are included in this agreement, but most canned foods, seafood, dairy products, fresh fruit and vegetables, fruit juices, confectionary and baked goods are in scope.

“Just as Australia does, the USA continues to regulate foods such as meat, egg products, shellfish and dietary supplements and more stringent requirements continue to apply.

“This work has taken five years to finalise and I thank the Australian and USA authorities for their diligence in determining the compatibility of our systems culminating in this agreement.

“Behind the scenes, work like this can have real benefits to producers in Australia as our safe, high quality produce has even stronger credentials when compared with produce from a country that does not have its food safety systems recognised.”

TheCattleSite News Desk

Proyectan menor faena de vientres e incremento en el peso medio de faena

20 April 2017 Low female cattle slaughter and high carcass weights have set the scene for 2017, with these two components filtering through to influence the 2017 April Cattle Industry Projections. While the January estimate of 7.1 million head cattle slaughter remains, much heavier carcasses will go a long way to alleviating the constrained supply pressure, with the result being only a slight (1%) year-on-year decline in beef and veal production.

Female cattle slaughter over the November 2016 to January 2017 period was the lowest proportion of the adult cattle kill ever (at 42%) - highlighting strong producer intentions to retain females and replenish liquidated herds. Even though the rainfall outlook isn't very optimistic for some regions, taking into account just how low female slaughter is, it is evident that the national herd rebuild is underway, with many producers likely to take advantage of the currently low fodder and grain prices to carry stock through.

Recent rainfall has rejuvenated the cattle market, with the higher year-on-year prices likely to carry through for the next quarter. Thereafter, and in line with the usual seasonal decline, the Australian cattle market will probably start to feel the pressure of what will be the beginning of the slow increase in the national herd, and ongoing softer global market conditions.

EMPRESARIAS

JBS y BRF afectadas en su valor de mercado

17/04/17 - por Equipe BeefPoint Desde o início da Operação Carne Fraca que completa um mês nesta segunda-feira (17) até a quinta-feira (13), a JBS e a BRF perderam juntas R\$ 5,471 bilhões de seu valor de mercado, segundo a empresa de informações financeiras Economatica.

No mercado financeiro, a JBS foi a mais penalizada e perdeu 15,35% do seu valor, que era R\$ 32,6 bilhões antes da operação e encerrou o último pregão valendo R\$ 27,6 bilhões. A BRF perdeu 1,45% do seu valor, que passou de R\$ 31,9 bilhões para R\$ 31,5 bilhões.

Os analistas de mercado que acompanham o setor ainda têm dúvidas sobre como o dano à imagem da carne brasileira poderá impactar no preço do produto e na margem de lucro das empresas.

“Ainda há muitas questões para serem esclarecidas para que possamos medir o real impacto dos embargos em volumes, preços, margens e geração de caixa das companhias do setor”, afirmaram os analistas do Banco do Brasil, em relatório.

Para o diretor da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra, a força-tarefa internacional do Brasil para recuperar a credibilidade dos importadores deve elevar os custos dos produtores, já que as carnes deverão passar por novos procedimentos preventivos antes de deixar os portos.

“Exames que antes eram aplicados apenas em amostragem de carnes, agora serão realizados em todos os produtos. Além disso, a carga vai demorar mais para sair do país por passar por mais vistorias. Quem paga essa conta é o exportador.”

JBS reanuda actividad en cuatro plantas

20/04/17 - por Equipe BeefPoint A JBS informou hoje que retomará na próxima segunda-feira os abates em seis dos dez frigoríficos de bovinos que estavam parados por meio de férias coletivas desde o início deste mês. De acordo com a companhia, os frigoríficos funcionarão a plena capacidade.

As outras quatro unidades — localizadas em Lins (SP), Anastácio (MS), Naviraí (MS) e Diamantino (MT) — só voltarão a funcionar em 2 de maio. Segundo a JBS, as quatro unidades retomarão o funcionamento posteriormente por causa de “reformas, ajustes operacionais e de equipamentos”.



A paralisação temporária das dez unidades de abate da JBS foi anunciada em 29 de março, na esteira da Operação Carne Fraga, deflagrada pela Polícia Federal em 17 de março.

Na ocasião, a JBS informou que as férias coletivas de 20 dias — prorrogáveis por mais dez dias — nas unidades era “imprescindível” para ajustar os nível de estoques.

Fonte: Valor Econômico, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint.

Marfrig deixará de contar com certificação Angus em algumas de sus unidades brasileñas

20/04/17 - por Equipe BeefPoint A Associação Brasileira de Angus (ABA) e a Marfrig Beef emitiram uma nota oficial informando sobre a suspensão da certificação de carne Angus no RS e no MT. Confira a nota abaixo:

A Associação Brasileira de Angus e a Marfrig Beef ratificam ao mercado sua parceria e a continuidade da produção da Carne Angus Certificada nas unidades de Promissão (SP), Bataguassu (MS), Tangará da Serra (MT) e Mineiros (GO), com o pagamento de premiações especiais aos produtores participantes.

Em atenção ao compromisso de transparência, informam seus produtores rurais que, por decisão estratégica da Marfrig, as unidades de Bagé, São Gabriel e Alegrete (RS) e a unidade de Paranatinga (MT) deixarão de contar com a certificação da ANGUS, a partir de 01/05/2017, por tempo indeterminado.

A Marfrig reitera aos consumidores e aos clientes de varejo e food service que o fornecimento da marca Marfrig Angus, com a certificação da Associação Brasileira de Angus, continuará sendo abastecida pelas outras unidades certificadas da Marfrig.

A empresa continuará a adquirir os animais com genética Angus produzidos no Rio Grande do Sul com valorização por sua qualidade. Estes serão direcionados para outras linhas e mercados da empresa.

Fonte: ABA.